

Santos lança edital de PPP para lixo

Prefeitura fará concorrência para contratação de empresa que investirá R\$ 633 milhões, em cinco anos, em serviços de limpeza urbana

RÉGIS QUERINO
DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Santos lançou ontem, no Diário Oficial, o edital de concorrência pública visando a contratação de parceria público-privada (PPP) para a prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. A expectativa do secretário municipal de Planejamento e Inovação, Fábio Ferraz, é que, se o processo transcorrer sem grandes contestações entre as empresas concorrentes, a vencedora seja conhecida dentro de 90 dias e os serviços comecem ainda este ano.

Destacando o processo como um “marco importante para a Baixada”, por se tratar da primeira PPP na região, nos termos da legislação federal, Ferraz apontou, entre as vantagens da parceria, a garantia de injeção de recursos em curto prazo, algo que o poder público não teria como arcar.

A proposta, elaborada pela Prefeitura em conjunto com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), vinculada à Universidade de São Paulo (USP), prevê uma concessão de 30 anos. O vencedor deverá investir R\$ 633 milhões nos primeiros cinco anos em obras, equipamentos e serviços operacionais.

O secretário citou como algumas das principais demandas do contrato a construção de uma nova estação de transbordo, a recomposição ambiental no aterro da Alemoa, a duplicação do número de contentores de lixo na Cidade (dos atuais 3.400 para 7.000), a instalação de seis ecopontos



O contrato deve prever a duplicação do número de contentores de lixo na Cidade, dos atuais 3.400 para 7 mil, e a instalação de seis ecopontos

SERVIÇOS INCLUÍDOS NA CONCESSÃO

- Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares
- Varrição manual e mecanizada das vias públicas
- Limpeza da faixa de areia e dos jardins da orla
- Limpeza, lavagem e desinfecção dos locais das feiras livres
- Limpeza do Mercado Municipal
- Limpeza e lavagem de túnel
- Serviços de raspagem, capinação e roçagem de vias e logradouros
- Remoção de resíduos inertes volumosos

para descarte de vários tipos de resíduos e de GPS nos caminhões de lixo, com um aplicativo para a popu-

- Lavagem de vias, logradouros, calçadas, praças, calçadões e bulevares
- Limpeza de encostas e morros, de espelhos d'água e serviços diversos
- Operação da estação de transbordo e transporte dos resíduos sólidos urbanos
- Disposição final dos resíduos em aterro licenciado
- Fornecimento, manutenção e higienização de contentores
- Coleta, transporte, tratamento e

lação acompanhar onde está o veículo, a exemplo do que acontece com o ônibus; a construção de um

destinação de resíduos da saúde (lixo séptico)

- Coleta e transporte de resíduos dos postos de entregas voluntárias
- Operação das Unidades de Triagem de Resíduos Sólidos Recicláveis, de Processamento de Resíduos da Construção Civil e de Processamento de Volumosos
- Coleta e transporte de resíduos inservíveis e volumosos e da coleta seletiva
- Operação e manutenção dos ecopontos fixos e volantes.

espaço de mil metros quadrados para ampliar a prática da compostagem e de unidades de processamen-

to de resíduos da construção civil. “Os investimentos têm uma escala. Por exemplo: os contentores (de lixo) têm que ser no primeiro ano, a nova estação de transbordo no primeiro quinquênio. É a lógica da PPP, o privado vai pôr o dinheiro relativo a curto prazo e vai ter condição de se remunerar pelo prazo de 30 anos, por meio de contrato de gestão”, diz Ferraz.

da valoração final da nota das empresas que concorrerem estará na proposta técnica, 40% no menor preço. A gente quer ter uma oferta técnica bastante expressiva e, claro, prestigiando também de forma expressiva o menor valor”. Pelos estudos realizados pela Administração Municipal, o value for money (custo-benefício) proporcionado pela PPP será de R\$ 369 mil por mês ao longo dos 30 anos. “Se o poder público fizesse exatamente isso tudo que está previsto (no contrato) sozinho, ele gastaria mensalmente R\$ 369 mil a mais. Tenho que ter o maior valor do dinheiro, tenho que mostrar que é vantajoso para o poder público”.

As empresas concorrentes devem encaminhar os documentos de habilitação e as propostas técnicas e econômicas à Comissão Especial e Transitória de Licitações até o dia 20 de julho. No mesmo dia, às 9h15, está prevista a abertura do envelope 1 (habilitação).

“Serão três fases. Primeiro, a documentação técnica das empresas. Segundo, se a documentação está apta, publicamos o resultado. Depois temos as propostas técnicas, avaliação e notas das propostas. Por fim, o envelope de preço. É uma licitação bastante complexa e a expectativa é que seja um processo licitatório que, caminhando tudo bem, leve cerca de 90 dias. Nossa expectativa é de assinar o contrato ainda esse ano”, avalia Ferraz.

LÓGICA DO CONTRATO

Segundo o secretário, a empresa vencedora da concorrência terá que adequar a proposta à expectativa da Prefeitura. “A lógica é 60/40. Ou seja, 60%



Dia a Dia

Maurício Martins e equipe

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Ministro do Turismo promete rampa em Peruíbe

O ministro do Turismo, Carlos Brito, firmou compromisso em viabilizar uma rampa no Rio Preto, em Peruíbe, para que pescadores e turistas possam remover suas embarcações para reparos e também ter melhor acesso ao curso d'água e ao mar aberto. A decisão atende a pedido da deputada federal Rosana Valle (PL), feito quando pescadores de Peruíbe tiveram prejuízos após 20 embarcações serem destruídas por um ciclone bomba, em junho de 2020. Em visita à Cidade, ontem, dentro de uma agenda que incluiu o Vale do Ribeira e Santos, Carlos Brito apoiou a iniciativa e pediu à Prefeitura de Peruíbe um projeto e mais documentos para que possa viabilizar os recursos da obra. No Portinho de desembarque de pescado, às margens do Rio Preto, o ministro ouviu pescadores, vereadores e representantes da Prefeitura. Guiado pela presidente da Colônia de Pescadores Z-5, Eliana Gomes Diniz, o ministro conheceu o local onde chegou a existir uma rampa.

Outro projeto

Carlos Brito foi informado que um projeto similar, que inclui medidas de desassoreamento, foi aprovado pelas autoridades ambientais do Estado para o Rio Juqueriquerê, em Caraguatatuba, no Litoral Norte, também navegável e que tem problemas de acesso na sua foz.

Em Peruíbe também

"Se aprovaram para o Litoral Norte de São Paulo, certamente aprovarão também para Peruíbe, que tem muito turismo e uma importante atividade pesqueira, como pude constatar hoje (ontem)", disse o ministro, que se entusiasmou com a riqueza da Mata Atlântica no Vale do Ribeira e no Litoral Sul, lembrando que se trata de uma atração turística com grande potencial.

Audiência com Bolsonaro

Informada sobre a decisão do ministro, Rosana Valle, que teve audiência ontem, em Brasília, com o presidente Jair Bolsonaro (PL), agradeceu por ele atender ao pleito da comunidade de Peruíbe. "Os pescadores sofrem muito por não poderem remover os barcos do rio para reparos".

Fernando Haddad

O vereador santista Chico Nogueira (PT) quer dar a Medalha de Honra ao Mérito Braz Cubas ao ex-ministro da Educação e ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT). O Projeto de Decreto Legislativo 17/2022, que garante a homenagem, será votado hoje.

Estratégia eleitoral?

Haddad é pré-candidato ao Governo do Estado pelo mesmo partido de Nogueira. O vereador justifica a homenagem: "Poucos brasileiros podem ostentar as conquistas e o volume de feitos de Fernando Haddad".

ALEXSANDER FERRAZ - 27/4/22



Porto-Cidade

O prefeito de Santos, Rogério Santos (PSDB, foto), afirma que tem trabalho diretamente com a Autoridade Portuária no sentido de aprimorar o projeto de desenvolvimento e expansão do Porto de Santos. Ele explica que algumas propostas discutidas atualmente podem afetar diretamente as operações de empresários locais e os trabalhadores.

Cais público

Com as concessões em andamento, o prefeito tem batido na tecla da necessidade de manutenção do cais público, como forma de atender aos operadores locais, "que geram emprego e consomem na Cidade". Para ele, é preciso deixar "de pensar exclusivamente nas grandes concessões, em que participam grupos empresariais com ações em bolsa".

Empregos

Rogério diz que a manutenção do cais público é essencial para o emprego avulso no Porto de Santos e a manutenção de categorias históricas de trabalhadores, que sofreriam diretamente com as mudanças. Além disso, o prefeito quer que a atividade de cruzeiros marítimo não sofra interrupção na mudança para a região do Valongo. Pede uma transferência de forma concomitante com o novo espaço.



CONTRA PONTO

Por Carlos Raiton e colaboradores



NINO OLIVEIRA TOLDO

Sem chances. O Ministério Público Federal (MPF), por intermédio da subprocuradora-geral da República, Elizeta Maria de Paiva Ramos, deu parecer desfavorável ao pedido de Habeas Corpus, impetrado pela defesa do prefeito afastado de Guarujá, Valter Suman (PSDB).

Liminar. O pedido liminar, endereçado ao ministro Reynaldo Soares da Fonseca, da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF), 3ª região, contra a decisão do desembargador Federal Nino Oliveira Toldo, da 4ª Seção do TRF, já havia sido negado.

Defesa. O advogado de Suman, Edson Asarias, buscava não apenas a recondução do prefeito afastado ao cargo, mas também recuperar o seu direito de locomoção e a sua liberdade de ir e vir (sem tornozeleira eletrônica), sem o risco de ver decretada a sua prisão preventiva.

Omissão. Alegava que a Polícia Federal (PF) teria omitido informações relevantes, documentos e fatos essenciais que certamente modificariam o entendimento de Nino Toldo. Para Asarias, o contrato assinado por Suman, em 08 de outubro de 2021, "não foi objeto de fraude e inexistente, na representação policial, qualquer indício forte, incontroverso, que indique ser o investigado líder da suposta organização criminosa e autorize a manutenção das medidas cautelares impostas".

NÁCAR. A Operação Nácár foi deflagrada pela Polícia Federal (PF) após o Ministério Público Federal ter ingressado com uma ação na Justiça que apura fraudes nas contratações das áreas da saúde e da educação realizadas pela Prefeitura de Guarujá. A investigação tem como objetivo o combate de possíveis crimes de corrupção, desvios de recursos públicos e outros crimes correlatos, envolvendo verbas federais.

Tem mais. Além da suspensão do prefeito de suas funções, a segunda fase da Operação Nácár 'derubou' dois secretários de Guarujá: Sidnei Aranha (Meio Ambiente) e Edilson Dias (Desenvolvimento e Assistência Social). No mesmo processo, o MPF acusa seis vereadores de receber supostamente vantagens indevidas; troca de favores em relação a indicação de cargos comissionados e peculato - funcionário público que, em razão do cargo, tem a posse de bem público, e se apropria ou desvia o bem, em benefício próprio ou de terceiros.



LIMPEZA URBANA. A Parceria Público-Privada prevê diversas melhorias nos serviços

Santos quer modernizar e reduzir os impactos

» A Prefeitura de Santos lançou, nesta quarta-feira (1º), o edital da concorrência pública para a concessão dos serviços públicos integrados de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

A Parceria Público-Privada (PPP) prevê diversas melhorias nos serviços de coleta, processamento, destinação, entre outros procedimentos, com impactos positivos para o meio ambiente.

O aviso da licitação está publicado no Diário Oficial do Município desta quarta (1º) e o edital completo ficará disponível no Santos Portal.

Com o novo modelo de contrato, a PPP, estão previstas diversas melhorias e incrementos operacionais, entre eles a duplicação de contentores do lixo domiciliar, construção de uma moderna estação de transbordo, unidades de processamento de resíduos da construção civil e de processamento de resíduos volumosos, recupera-



Melhorias e investimentos passam pela coleta e educação ambiental

ção do antigo aterro da Almoa, instalação de ecopontos e ampliação da coleta seletiva, rastreamento e monitoramento dos caminhões de coleta e sistema de atendimento ao usuário (ver mais abaixo).
"A concessão vai ampliar a

limpeza e a zeladoria da nossa cidade, com tecnologia de ponta desde a coleta até a destinação final. Ela também promoverá educação ambiental e a conscientização da população com foco na não geração, redução e reciclagem dos re-

síduos", destaca o prefeito Rogério Santos.

PROPOSTA.

A proposta foi elaborada pela Prefeitura em conjunto com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), órgão vinculado à USP, que ficou responsável pela modelagem econômico-financeira. O vencedor deverá realizar, ao longo da concessão, investimentos de R\$ 633 milhões em obras, equipamentos e serviços operacionais. O critério de julgamento para definir a proposta vencedora será o menor valor da contraprestação pública (40%) com a melhor técnica (60%).

O secretário municipal de Planejamento e Inovação, Fábio Ferraz, destaca que se trata da primeira Parceria Público-Privada (PPP) da história da Cidade pelas diretrizes da lei federal nº 11.079/2004. Também é um modelo pioneiro entre os municípios da Baixada Santista. **(DL)**